

# Os trabalhadores da Mundet em Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas: contributos para a história socioeconómica do Montado<sup>1</sup>

## The Workers of Mundet in Mora, Ponte de Sor, and Vendas Novas: Contributions to the Socioeconomic History of the “Montado”

**Fátima Afonso**

*Ecomuseu Municipal do Seixal<sup>2</sup>  
fatima.afonso@cm-seixal.pt*

**Fernanda Ferreira**

*Ecomuseu Municipal do Seixal<sup>3</sup>  
fernanda.ferreira@cm-seixal.pt*

### Resumo

*A Câmara Municipal do Seixal, através do Ecomuseu Municipal, tem vindo a promover a preservação da documentação da Mundet & C.ª, Lda., fundo que abarca o período de funcionamento da empresa (1905-1988) em Portugal, do qual se destaca o Ficheiro de Pessoal da Mundet & Cª Lda., que abrange os trabalhadores de todas as fábricas da Mundet sendo uma valiosa base para a compreensão das relações de produção, da evolução da mão-de-obra na indústria corticeira e da respetiva circulação e transmissão de saberes. Partindo de uma abordagem histórica, apresentaremos uma perspetiva geral da evolução e caracterização dos trabalhadores nas unidades fabris de Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas, apoiada no conhecimento da indústria corticeira em geral e da Mundet & Cª, Lda. em particular, e das relações desta indústria com a mão-de-obra que nela opera, particularmente, numa perspetiva regional, onde estas fábricas se inserem, contribuindo assim para a construção do conhecimento sobre a história económica e social em Portugal.*

**Palavras-chave:** indústria corticeira; trabalhadores; Mundet & Cª Lda.

**Códigos JEL:** N94; N60

### Abstract

*The Seixal Municipal Council, through the Seixal Municipal Ecomuseum has been promoting the preservation of the archives of Mundet & Cª Lda. covering the period the company operated (1905-1988) in Portugal. The Personnel Files of Mundet & Cª Lda., with records of the workers at all Mundet factories, stand out as a valuable resource for understanding the relations of production, the development of the workforce in the cork industry, and the respective circulation and transmission of knowledge. Based on a historical approach, this paper will present a general perspective on the evolution and characterization of workers at the Mora, Ponte de Sor and Vendas Novas factories. The paper will focus on a regional perspective, thus contributing to the construction of knowledge about the economic and social history of Portugal.*

**Keywords:** cork industry; workers; Mundet & Cª Lda.

**JEL Codes:** N94; N60

<sup>1</sup> Artigo recebido em 01/07/2018. Aprovado em 10/10/2018

<sup>2</sup> Responsável pela Área de Património Histórico e Museus Mestre em Museologia pela Universidade de Évora.

<sup>3</sup> Integra o Centro de Documentação e Informação. Mestre em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação pela Universidade de Évora.

## Introdução

**C**ontando com várias fábricas em Portugal e no estrangeiro e exportando uma gama variada de produtos em cortiça natural e aglomerada para todos os continentes, a Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. foi reconhecidamente uma das maiores empresas do sector corticeiro no país e, durante um certo período, a nível mundial.

À data da instalação da fábrica corticeira da L. Mundet & Sons no Seixal, em 1905 (de que a Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. é sucessora a partir de 1922), já se encontrava em laboração, para além dos estabelecimentos que mantinha na Catalunha (Espanha), uma unidade industrial corticeira em Nova Iorque (Estados Unidos da América). À medida que a estrutura do negócio corticeiro Mundet se foi desenvolvendo, a Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. passou a integrar a relação comercial de complementaridade económica, técnica e industrial estabelecida entre as várias unidades fabris, sob a égide da empresa americana Mundet Cork Corporation (Afonso, 2016, 121-123).

Uma das principais motivações para a instalação, anos mais tarde, de outras unidades industriais corticeiras em plena área de produção suberícola em território português, terá sido a possibilidade de aquisição de quantidades notáveis de matéria-prima necessária ao abastecimento das fábricas que a Mundet mantinha na Europa e, em especial, no continente americano (Estados Unidos da América, Canadá e México)<sup>4</sup>.

Na fase inicial da atividade industrial da Mundet no nosso país, o desenvolvimento do negócio corticeiro da empresa levou à exploração

de alguns estabelecimentos industriais vocacionados, sobretudo, para a preparação de prancha, e de depósitos de cortiça, instalados próximo ou mesmo em zonas de produção suberícola, por períodos de exploração descontinuada.

No início de 1914 a empresa estabeleceu uma fábrica corticeira em Mora, mas a prospeção da cortiça centrava-se igualmente em herdades localizadas na Azambuja e Ponte de Sor (Afonso...[et al.], 2010, 33). Passados três anos, em plena Grande Guerra, temos notícias da instalação temporária de um novo estabelecimento fabril da empresa em Vendas Novas, a par da instalação de uma segunda unidade fabril no concelho do Seixal<sup>5</sup>.

Mais tarde, a prospeção para aprovisionamento de matéria-prima às fábricas da Mundet organizou-se em quatro regiões: Chamusca, Mora (pelo elevado volume de compras aí realizado, a importante área de Coruche encontrava-se incluída nesta região), Ponte de Sor e Sado (Carrasco, 2000, 12), áreas geográficas onde a Mundet considerava situar-se o filão da boa cortiça.

Na década de 20 do século XX, a estratégia empresarial passa pelo estabelecimento, em áreas de montado, de fábricas preparadoras equipadas de modo a poderem desenvolver uma atividade de mais longa duração. Em 1921, a Mundet adquire algumas propriedades junto à estação ferroviária de Mora, dando origem à fábrica de Vinha da Cruz (a esta unidade industrial veio a juntar-se, presumivelmente a partir dos anos 40, a propriedade de Serradão). Ainda na década de 20, a sociedade funda uma fábrica de preparação de cortiça em Ponte de Sor.

<sup>4</sup> Para além dos estabelecimentos mencionados, durante os primeiros anos da década de 30 do século XX, a Mundet deteve uma unidade industrial de preparação de cortiça no Norte de África, mais precisamente em Djidjelli, na Argélia.

<sup>5</sup> A fábrica Mundet em Amora, concelho do Seixal, funcionou ininterruptamente entre 1917 e 1963, trabalhando em complementaridade com a primeira fábrica da empresa em Portugal, instalada no mesmo município em 1905.

Figura 1. Anúncio da Mundet & C<sup>a</sup> Lda.

☆ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ☆  
**Mundet & C. L.** da  
 SEDE — SEIXAL  
**Estabelecidos em 1965**  
 Telefone. Seixal P B X -23 Teleg.: «Mundet—Seixal»  
 Produtores, fabricantes e exportadores de cortiça e de todos os artigos dela derivados. Rolhas, discos, papel de cortiça, lâ de cortiça para colchões e «édredons», cintos de salvação e para banho, boias, capachos para banho, aglomerados etc. etc.  
**Fábricas no País**  
 SEIXAL ALDEGALEGA } «Nascentes»  
 AMORA } «Bela Vista»  
 MORA PONTE DE SOR  
*Onze Fábricas em plena laboração*  
 ☆ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ☆

Fonte: Publicado no jornal O Seixalense, de 13 de agosto de 1933.

Na sequência da aquisição da fábrica do Seixal da Mundet & C<sup>a</sup> Lda., em hasta pública, em dezembro de 1996, pela Câmara Municipal do Seixal, esta tornou-se detentora de um vasto espólio industrial de interesse histórico e cultural. A par das coleções técnicas e industriais, dos equipamentos, das máquinas e, até mesmo, dos espaços fabris, o vasto espólio incluía também um importante conjunto de bens documentais associados à atividade da empresa.

Este fundo documental da Mundet & C<sup>a</sup> Lda. abarca todo o período de funcionamento da firma (1905-1988) em Portugal, mas, principalmente as décadas de 60, 70 e 80 do século XX, resultado porventura da destruição efetuada periodicamente pela própria empresa. No fundo documental Mundet, documentos atestam procedimentos da firma no que respeita à destruição de documentação de arquivo através de queima, passados os prazos legais (a documentação refere 20 anos) de conservação de documentação, aliás como era prática comum nas empresas. Em 1951, a firma procedeu à destruição de diversa

documentação que data de 1913 a 1930. Refere também ter havido documentos que já tinham sido queimados, nomeadamente aqueles produzidos até ao ano de 1912. Existem ainda relatórios de documentos a queimar datados de 1955, 1958 e 1961 que dizem respeito a anos anteriores a 1940 – “...impressos, documentos vários e correspondência geral para serem queimados (...) visto não terem nenhuma utilidade e ainda com o fim de conseguir aliviar o arquivo para dar lugar à entrada de outros documentos mais

actuais”<sup>6</sup>.

Não obstante, um imenso volume documental, organizadamente reunido ou abandonado em antigos espaços desafetados, permaneceu disperso pelas instalações da fábrica, registos diversos sobre temáticas reportadas à indústria corticeira e ao mundo do trabalho, muitas vezes depositado sem relação ao contexto original de produção ou em difíceis condições de preservação em oficinas, arrecadações ou sob telheiros

Estes bens documentais ainda existentes constituem uma valiosa base para a compreensão dos espaços fabris, das relações de produção, da evolução da mão-de-obra na indústria corticeira e da respetiva circulação e transmissão de saberes, contempla informações relacionadas com as áreas comercial e económica, de produção e administrativa, passando pelas áreas social e cultural da firma, permitindo conhecer os seus momentos de expansão e de crise.

Tendo em conta uma perspetiva de continuidade e de complementaridade entre o objeto e o documento que lhe diz respeito e ao qual está

<sup>6</sup> Fundo documental Mundet (RE 123/2000). Existem também testemunhos orais que referem que a documentação era queimada nas caldeiras onde servia de combustível.

associado, todos os bens deste vasto espólio têm sido tratados de igual forma de acordo com normas internacionalmente reconhecidas para a incorporação e tratamento de bens museológicos, e de acordo com os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original.

Contudo, apenas parte da documentação se encontra tratada, identificada e incorporada no acervo museológico do Ecomuseu Municipal do Seixal e por isso o seu acesso encontra-se condicionado.

Deste fundo, o Ficheiro de Pessoal da Mundet & C<sup>a</sup> Lda.<sup>7</sup> constitui, até ao momento, a fonte mais importante para o estudo dos seus trabalhadores. Contém dois modelos de fichas denominadas Boletim de Inquérito, um mais antigo introduzido na década de 40 do século XX e um mais recente utilizado a partir da década de 60. Este ficheiro abrange os funcionários de todas as fábricas da Mundet (Seixal, Amora, Montijo, Mora, Ponte de Sor, Vendas Novas, depósitos e escritórios de Lisboa) desde a sua fundação até ao seu encerramento.

No âmbito deste artigo, propomo-nos divulgar os primeiros resultados da análise do modelo mais antigo de Boletim de Inquérito, que constitui uma fonte mais completa para a caracterização dos trabalhadores que laboraram nas fábricas corticeiras da Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. instaladas na Região do Alentejo, durante as décadas de 40 e 50, do século XX, integrando este estudo no contexto sociocultural e económico do referido período. Este intervalo temporal foi considerado pertinente para o nosso propósito, dado que os boletins de inquérito remanescentes no Fundo Documental Mundet resultaram de uma alteração significativa na estratégia empresarial que terá ocorrido a partir de meados dos anos 40, tendo repercussões na organização e na gestão

7 Fundo documental Mundet (RE 88/1999).

das fábricas que, à época, a empresa detinha em Portugal.

## 1. A Mundet e o período do pós Segunda Guerra Mundial (Décadas de 40 e 50 do século XX)

Os anos 40 do século XX foram marcados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que se refletiu, entre outros aspetos, na organização militar das condições de trabalho e na defesa da economia nacional através dos Serviços de Mobilização Industrial do Ministério da Guerra, serviço que (sobretudo a partir das paralisações do trabalho de finais de 1942) passou a supervisionar e a controlar os sectores económicos considerados essenciais para o interesse público, entre os quais a indústria corticeira.

A par das dificuldades económico-sociais da conjuntura, o decénio de 1940 foi marcadamente um período conturbado no que respeita à transmissão de liderança do negócio e à gerência da sociedade portuguesa Mundet, após o falecimento de José Mundet, seu principal acionista. No início da década, os sócios e gerentes Luiz Gubert e Joaquim de Sousa interpõem uma ação judicial para dissolução da sociedade Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda., contra Joseph Mundet<sup>8</sup> Jr., José Maria Genis e António Iglésias y Cruz. A ação terminou em 1947 e teve como consequência a saída da gerência e, mais tarde, da empresa, de Luiz Gubert, sócio-gerente desde 1906. Esta situação teve repercussões na organização e na gestão do negócio corticeiro em Portugal.

A partir de 1947 a presidência do Conselho de Gerência da firma é entregue a Harry Russell Cant que presidirá ao destino da empresa até 1950, período curto mas marcado pela crise

8 Em 1938, José Mundet (1869-1940), sócio fundador da empresa, fez cedência de cotas da Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. a Joseph Mundet Jr.

9 José Maria Genis e António Iglésias, de nacionalidade espanhola, tinham já anteriormente sido detentores de poderes de gerência da sociedade entre 1936 e 1939.

na indústria corticeira e pela reorganização dos serviços nas fábricas da Mundet, passando pela tomada de medidas que visaram diminuir os custos de produção recorrendo à cessação da laboração das secções fabris deficitárias e à redução do número de trabalhadores corticeiros, procurando reajustar a mão-de-obra às necessidades da firma (aspeto que se encontra refletido no número de boletins de inquérito que integram o Ficheiro de Pessoal da Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda.).

Ao longo da história da empresa, a organização do serviço de compra de matérias-primas foi fundamental para a prosperidade da sociedade. Em 1948, a orientação superior de depósitos e fábricas, bem como a compra de todas as matérias-primas para a sociedade, ficaram a cargo de António Iglésias, sócio e gerente responsável por todos os contactos comerciais quer com os fabricantes, quer com os produtores de cortiça.

A indústria corticeira portuguesa, à época, dependia quase inteiramente do mercado externo para o escoamento dos seus produtos ficando, por isso, dependente da concorrência internacional, quer de outros países produtores de cortiça, quer de países produtores industriais de produtos corticeiros que não possuíam esta matéria-prima (Dias, 2005, 146). O mercado da cortiça no mato era então dominado pelo comportamento das conjunturas internacionais, encontrando-se à mercê da procura externa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, conjuntura favorável ao incremento das exportações<sup>10</sup> de produtos transformados da cortiça, entre 1943 e 1945 os Estados Unidos da América passaram a absorver mais de 50% do valor das exportações de cortiça não transformada e cerca de 11% de produtos transformados. Outro país

que, na altura, assumiu protagonismo, enquanto importador de produtos transformados, foi o Reino Unido (Dias, 2005, 251).

No período após o termo da Segunda Guerra Mundial, a indústria transformadora corticeira, para além dos reflexos da depressão económica que o mundo estava a atravessar, sentia os constrangimentos da sua própria crise. A necessidade de matéria-prima para a manutenção da indústria transformadora corticeira em países não produtores de cortiça e a reconstrução das áreas urbanas afetadas pelo conflito militar, deram origem a um aumento de procura externa das cortiças portuguesas. Este aumento de procura, fundamentou-se igualmente no clima de incerteza em que o mundo então vivia, procurando os países aprovisionarem significativas quantidades de cortiça, de modo a reconstituir os seus stocks de matérias-primas.

Sempre que os países compradores se preparavam para um período que previam difícil, havia necessidade de se proceder ao aprovisionamento de cortiça. Uma vez finda a fase crítica (como aconteceu em 1946), os países procuram repor os seus stocks de modo a regressarem rapidamente à normalidade. O triénio 1947 a 1949 corresponde ao período de regularização da procura subjacente ao imediato pós guerra.

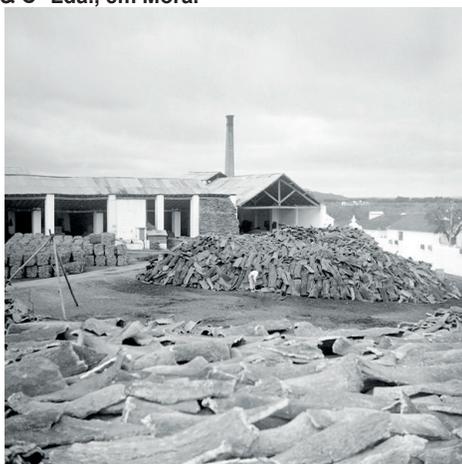
A prosperidade da exportação de prancha deu origem a vários protestos por parte da indústria rolheira, perante a escassez e aumento do preço daquela, que era a sua matéria-prima fundamental. Este aspecto era referido pela Comissão de Estudo da Reorganização das Actividades Corticeira [em 1949] como a causa para a perda de competitividade da actividade rolheira: o aumento do preço das rolhas beneficiava o aparecimento de substitutos e a concorrência de outros países produtores, conduzindo à crise neste subsector. Pelo contrário, os industriais de preparação saíam favorecidos com a maior procura, mas de forma transitória, pois os paí-

<sup>10</sup> Para além das suas aplicações mais usuais, durante este período de beligerância, a cortiça passa a ser utilizada na indústria da guerra (Santos, 2000, 76-79).

ses compradores de prancha adoptaram, muitas vezes, uma política de constituição de stocks. (Dias, 2005, 179)

Os principais países compradores de prancha e de produtos semipreparados, entre os quais os refugos, as aparas, os quadros, etc., em 1950, foram os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a Alemanha, a Rússia (país que praticamente não tinha realizado aquisições nos últimos anos da década 40) e a Holanda, para além de outros países cujas compras não foram tão expressivas, como a Dinamarca, a Argentina, o Canadá, a Austrália, o México, a Checoslováquia, entre outros (Associação Industrial Portuguesa, 1950, 99). Os produtos semipreparados eram necessários à produção de granulados e regranuados de cortiça, matéria-prima para a indústria de aglomerados aplicados em vedantes e materiais de construção (os aglomerados puros para os isolamentos térmico, acústico e antivibrático, os aglomerados compostos para o fabrico de pavimentos e de revestimentos). Os regranulados eram ainda empregados na produção de linóleo, entre outras aplicações.

**Figura 2. Vista da fábrica de cortiça da Mundet & C<sup>a</sup> Lda., em Mora.**



Fonte: © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

Pese embora alguma inexatidão nas estatísticas oficiais sobre a produção corticeira, que nos alertava Santiago Zapata (2000, 2), os dados que conseguimos reunir relativos à exportação parecem indicar claramente que no último triénio dos anos 40 (de que mencionaremos, como exemplo, o ano de 1947) a prancha e os produtos semipreparados superam largamente os valores referentes à exportação dos produtos corticeiros transformados<sup>11</sup>.

De acordo com os números oficiais divulgados no Boletim da Junta Nacional da Cortiça (criado em 1936, foi o organismo coordenador da atuação dos diferentes agentes económicos ligador ao sector corticeiro e promotor do comércio externo dos seus produtos, criado em 1936), reproduzidos igualmente nos relatórios anuais da direção da Associação Industrial Portuguesa<sup>12</sup>, em 1947 o grosso da exportação portuguesa de cortiça continuava a ser preenchido não por produtos manufacturados, mas antes por cortiça preparada ou semipreparada que atingiu as 143.673 toneladas, constituindo 85,3% do total da exportação nacional de cortiça no ano em referência: 179.827 toneladas (Associação Industrial Portuguesa, 1948, 106). A mesma fonte refere que os 15% dos produtos corticeiros transformados exportados, mantinham-se a um nível apreciável e com tendência para o crescimento (Associação Industrial Portuguesa, 1948, 81), ascendendo a 19% em 1950 (Associação Industrial Portuguesa, 1950, 95).

Contudo, foram tomadas algumas medidas que parecem restringir e procurar inverter esta tendência em alta da exportação da matérias-primas, essenciais para o desenvolvimento da indústria de transformação corticeira nacional:

<sup>11</sup> Esta tendência encontra-se refletida nos relatórios consultados da direção da Associação Industrial Portuguesa para o período entre 1946 e 1953.

<sup>12</sup> A Associação Industrial Portuguesa integrava uma secção sobre as várias vertentes da ileira da cortiça presidida, no triénio de 1946-1948 pela Sociedade Corticeira Robinson Bros., Lda.

Em 1951, com a Portaria n.º 13666, de 6 de setembro, foram fixadas sobretaxas para a prancha – com a taxa mais elevada -, refugo e aparas. Ainda em 22 de dezembro de 1951, este adicional foi reduzido para todos os produtos corticeiros. No ano de 1954, através da Portaria n.º 14920, de 7 de junho, novo adicional foi estabelecido para a prancha, atestando a prosperidade do seu comércio externo na segunda metade dos anos 50 (...). De forma clara, entre a Segunda Guerra Mundial e até à Pauta de 1950, a política aduaneira incidente sobre as exportações penalizou as pranchas em termos de direitos de exportação, contrariamente ao que podemos observar para os restantes produtos corticeiros. (Dias, 2005, 170 e 177)

A primeira metade da década de 50 foi afetada pela conjuntura da Guerra da Coreia (1950-1953), registando-se, face à pressão da grande procura internacional de produtos corticeiros, um aumento significativo dos preços da matéria-prima necessária à laboração industrial (Dias, 2005, 222). Por outro lado, em 1949:

As autoridades espanholas, perfilha - do uma bem entendida política de proteção à sua indústria transformadora de cortiças, impuseram medidas restritivas à saída de matéria-prima do país vizinho. Os compradores estrangeiros voltaram-se então em escala cada vez maior para o mercado fornecedor português, impulsionando uma competição assídua à volta das nossas cortiças não manufacturadas. (Associação Industrial Portuguesa, 1952, 100)

É neste contexto de aumento de procura de matéria-prima que a Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda. decide instalar, a título provisório, uma unidade industrial de preparação de cortiça em Vendas Novas, em 1949, nas propriedades de Manuel Alves de Paiva e da empresa Recorger, Lda. Contudo, tratou-se de um período de euforia transitória.

O ano de 1951 foi assinalado pelo agravamento da crise na indústria corticeira, registando-se, sob a pressão da grande procura

internacional, uma alta constante de preços da matéria-prima necessária à laboração industrial (em 1950, o custo da cortiça valoriza-se em relação a 1949, acusando o seu índice um acréscimo de 54% nos valores (Associação Industrial Portuguesa, 1952, 95) e a diminuição de vendas da indústria transformadora.

Este movimento regressivo, que se irá acentuar no início da década de 50, terá estado na origem do encerramento da fábrica da Mundet de Vendas Novas em 1952 (após o seu termo de atividade e até 1957, as instalações passaram a depósito de cortiça). As restantes unidades fabris da Mundet no Alto Alentejo irão manter a sua atividade laboral até cerca de meados da década seguinte.

A conjuntura de crise na indústria corticeira e a quase paralisação nos negócios (face à baixa dos preços de venda dos seus produtos) sem que, porém, a diminuição da produção fabril tenha sido acompanhada pela descida do custo de mão-de-obra, levaram a gerência da Mundet, em setembro de 1953, a reduzir cerca de 500 postos de trabalho, o que se irá refletir em todas as suas unidades fabris. Na sequência desta decisão, em outubro desse mesmo ano, as fichas de trabalhadores da fábrica da Mundet em Mora registam casos de trabalhadores dispensados por falta de trabalho naquela unidade industrial. Partindo de listas existentes no Fundo Documental Mundet<sup>13</sup> que assinalam o cômputo numérico dos trabalhadores empregues nas fábricas da Região do Alentejo, verificou-se a saída de 63 trabalhadores da fábrica morense e de 30 da unidade fabril de Ponte de Sor, o que representou uma diminuição de cerca de 28,5% de mão-de-obra nos estabelecimentos industriais da Mundet estabelecidos nesta região.

Com efeito, esta tendência para a dimi-

<sup>13</sup> Fundo documental Mundet (RE 272/1999).

nuição das exportações da cortiça em matéria-prima e o aumento das quantidades exportadas de produtos corticeiros semitransformados começa a fazer-se sentir após a Segunda Guerra Mundial, mas parece ter-se consolidado apenas a partir da década de 50, acompanhada pelo decréscimo da produção de prancha (Dias, 2005, 220-221). Esta situação é corroborada por Francisco Parejo Moruno, em 2009, ao referir:

No caso português, as vendas de cortiça não manufaturada mantiveram um forte crescimento na primeira metade do século XX. Só depois de 1950 (para apontar um ano) mudaram esta tendência e fizeram-no drasticamente, numa queda vertiginosa e contínua que chegou aos nossos dias. (Parejo, 2009, 102. Tradução nossa)

De acordo com o mesmo autor, o papel de Portugal no negócio corticeiro deixou definitivamente de ser o de mero provedor de matéria-prima, para se afirmar como protagonista na transformação de cortiça a nível mundial.

## 2. As fábricas da Mundet na região do Alentejo

Através da análise das propriedades escolhidas pela Mundet para instalar as suas unidades industriais em pleno Alentejo, torna-se perceptível a estratégia empresarial adotada para acesso à matéria-prima de qualidade e em grandes quantidades, adquirida a um preço conveniente e com características que permitiam a produção de uma gama variada de produtos.

A implantação das unidades fabris em áreas privilegiadas de produção suberícola permitia o rápido e eficaz transporte da cortiça para a fábrica e, mediante o desenvolvimento dos transportes ferroviário, o eficiente escoamento dos produtos acabados. O ramal Setil - Vendas Novas, inaugurado em 1904, constituiu uma melhoria nas ligações entre as regiões do Ribatejo e

Alentejo, ficando Vendas Novas (à época, vila e freguesia do município de Montemor-o-Novo) a apenas três horas de viagem ferroviária da capital.

Na antiga vila de Mora, o caminho-de-ferro foi inaugurado em 1908, servindo várias povoações dos concelhos de Évora, Arraiolos e Mora.

Em volta da sua estação (Mora) principiou a nascer um novo bairro que explodiu com maior vigor após a implantação, nas suas imediações nos terrenos denominados “Vinha da Cruz” da fábrica Mundet & C.ª, Lda. filha direta de uma região eminentemente suberícola e também do caminho-de-ferro que proporcionou fácil escoamento aos seus produtos. Pode dizer-se que a linha férrea viveu quase exclusivamente desta fábrica. (Correia, 1991, 3)

De facto, a relação de interdependência entre o caminho-de-ferro e a fábrica morense foi tão forte que as instalações fabris se foram desenvolvendo em torno do terminal ferroviário do ramal Évora - Mora. De um lado da via-férrea, encontrava-se a parcela da propriedade denominada Serradão, vocacionada para a preparação e armazenamento da cortiça e, do outro lado, localizava-se a propriedade designada Vinha da Cruz, destinada à indústria rolheira.

**Figura 3. Vista aérea da fábrica de cortiça da Mundet & Cª Lda., em Mora, 1954.**



Fonte: © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

Na região do Alentejo, a Mundet procurou ainda propriedades disponíveis com boa exposição solar (indispensável para a secagem da cortiça extraída e empilhada, visando ainda uma melhor iluminação dos locais do trabalho), preferencialmente atravessadas por linhas de água e com poços de captação da água de boa qualidade, indispensável ao funcionamento das caldeiras e ao cozimento da matéria-prima. Estas propriedades encontravam-se localizadas na periferia das povoações quer devido à desejável proximidade da linha ferroviária (sobretudo no caso das fábricas de Mora e Vendas Novas, já no caso de Ponte de Sor o caminho de ferro distava cerca de 2km do centro da antiga vila), quer por convir a uma indústria considerada incómoda devido aos fumos da chaminé complementar à laboração da caldeira e ao perigo de incêndio.

As fábricas instaladas na Região do Alentejo beneficiaram de antigas instalações fabris que se encontravam, à época, inativas (este aspeto encontra-se comprovado no que se refere às unidades fabris de Ponte de Sor e Vendas Novas) e ainda da presença de consideráveis áreas de terreno livre, possivelmente adquiridas para reserva tendo em vista a futura ampliação das oficinas fabris. Porém, estas propriedades evidenciam a tradição de aproveitamento agrícola dos terrenos, participando assim num dos sectores estruturantes da vida económico-social das comunidades onde estas unidades industriais se inseriram.

Na década de 40, a unidade industrial de Mora atingiu uma área de implantação 30.068 m<sup>2</sup>, dos quais estima-se que cerca de dois terços correspondiam a área descoberta destinada ao empilhamento e tratamento da prancha e à exploração agrícola. Neste mesmo período, o estabelecimento de Ponte de Sor contava com 46.169 m<sup>2</sup> de área de implantação, dos quais apenas 6.222m<sup>2</sup> constituía a área edificada. Da-

qui se depreende, por um lado, o espaço livre que era necessário destinar às várias tarefas de preparação, escolha e estacionamento da matéria-prima na fábrica. Por outro lado, estes dados dão-nos a noção da dimensão destas unidades fabris da Mundet destinadas à indústria corticeira de preparação.

**Figura 4. Vista aérea da fábrica de cortiça da Mundet & C<sup>a</sup> Lda., em Ponte de Sor, 1954.**



Fonte: © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

A localização próxima dos centros populacionais proporcionou às fábricas da Mundet instaladas na Região do Alentejo uma abundância de mão-de-obra. Tratava-se, no entanto, de um operariado sem grande tradição ou know-how no que se refere à transformação industrial da cortiça. Assim, parece-nos provável que no caso das unidades fabris instaladas em Ponte de Sor e, sobretudo, em Mora (segundo o Guia Profissional Corticeiro, este último município, em 1947, contava apenas com dois fabricantes de cortiça: Joaquim Prates e a Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda.), tenha sido reproduzido o modelo de formação da fábrica seixalense (Afonso...[et al.], 2010, 17-30) e que, no âmbito da sua instalação, estas unidades fabris tenham contado com o apoio de pequenos núcleos de trabalhadores especializados provenientes da sede da sociedade, no Seixal, cujo saber-fazer foi sendo, com o tempo, transmitido e alargado aos operários residentes nestes concelhos.

Em 1948 António Iglésias assume a direção das fábricas de Ponte de Sor e Mora. Até então as fábricas instaladas na região alentejana tinham estado sob a supervisão do encarregado geral, Marcelino Angel Santos Lozano, mestre corticeiro que integrou o grupo inicial de operários especializados de nacionalidade espanhola que acompanharam a instalação da fábrica seixalense, em 1905. Com mais de 40 anos de serviço na firma, Angel Santos reformou-se em 1948.

No final da década de 40, a gerência da empresa decide autorizar António Iglésias a modificar livremente a situação do pessoal do escritório e da fábrica de Mora, de modo a melhorar a organização dos respetivos serviços. Entre as medidas adotadas, encontravam-se a redução de trabalhadores e o encerramento da laboração das secções fabris deficitárias, visando assim diminuir os custos de produção e aumentar o rendimento económico das outras secções fabris.

A tecnologia então utilizada nas unidades fabris de preparação de prancha e na produção de produtos semipreparados era simples. Para além das facas manuais corticeiras, era usada a craveira de bolso, habitualmente denominada pé-de-linhas (instrumento a que o operário corticeiro, o escolhedor ou o calibrador, recorria para medir a espessura do tecido suberoso, apresentando, de um lado, a escala em milímetros e, no anverso, a escala em linhas<sup>14</sup>), recorrendo-se a prensas para acondicionamento da matéria-prima ao dorso de solípedes e a balanças romanas e decimais para a pesagem da cortiça. Uma vez na fábrica, após o cozimento e a escolha da matéria-prima, utilizava-se a prensa Bijoli – equipamento inspirado no modelo de prensa que, na Índia, era utilizado para enfardar fibras vegetais – para prensagem e enfardamento da prancha de cortiça.

*14 O mede-linhas ou pé-de-linhas era usado na escolha de prancha pelo calibre e era um aparelho de mensuração linear. Segue o antigo sistema de medição, no qual a linha equivale a 12 pontos e é uma duodécima parte da antiga polegada portuguesa. Esta polegada media 0m,0275 e a linha mede, pois, 2mm,2 (Machado, 1946, 211).*

De modo a facilitar o transporte da matéria-prima no interior do espaço fabril (assim como para ligação ao ramal de caminho-de-ferro no caso das fábricas de Mora e Vendas Novas), todas as unidades fabris estavam equipadas com linha Decauville, sendo o material circulante constituído vagonetas puxadas a muares.

No início da década de 40 do século XX, a Mundet já empregava com sucesso o vapor para aquecimento das águas de cozer cortiça nas suas fábricas localizadas na margem sul do estuário do Tejo, usando uma tecnologia estudada pelo diretor técnico da empresa, Telmo Trill Cals (técnico catalão admitido na empresa em 1936). Essa mesma tecnologia viria a ser instalada, na segunda metade do decénio, nas fábricas estabelecidas na Região do Alentejo, aspeto que as distanciaria do cozimento de cortiça que tradicionalmente utilizava caldeiras de fogo direto.

Durante o período estudado, enquanto a direção dos serviços de construção civil se encontrava a cargo do desenhador Hermínio Lopes Castilho (técnico que supervisionou várias das intervenções realizadas nas fábricas da Mundet na região alentejana), Telmo Trill foi responsável pela direção dos serviços técnicos de mecânica e construção de máquinas, bem como pela supervisão das oficinas de serralharia. Estas oficinas, instaladas no Seixal, visavam prestar a assistência técnica necessária a todas as fábricas e secções da empresa, por forma a evitar interrupções ou a suspensão dos respetivos serviços, por deficiência ou mau funcionamento das suas máquinas e utensílios. Apesar das fábricas de Mora e Ponte de Sor se encontrarem equipadas com carpintaria e serralharia (no caso da unidade fabril morense, existiam ainda afinadores de máquinas), o respetivo encarregado geral destas unidades fabris não estava autorizado a proceder a quaisquer modificações essenciais nas máquinas corticeiras instaladas, sem prévia consulta ao diretor técnico.

Terá ainda existido um importante apoio técnico ministrado por pessoal especializado da sede (Seixal) que, transitoriamente, era deslocado para as unidades fabris alentejanas, prestando apoio, por exemplo, à instalação de novas oficinas e equipamentos, supervisionando as equipas de prospeção e compra de cortiças no mato e apoiando as operações de pesagem e carregamento das matérias-primas do montado para as unidades fabris. Esta complementaridade técnica entre as fábricas, sob a supervisão especializada de técnicos sediados na unidade fabril do Seixal, foi apoiada, a nível local, pela disponibilização no recinto industrial de Mora e Ponte de Sor de alojamento para técnicos e quadros superiores da empresa.

Em termos administrativos, recursos humanos e comerciais, cada fábrica dispunha de um pequeno serviço de escritório, que trabalhava em articulação com o serviço dos escritórios centrais da sede da empresa, no Seixal, o qual coordenava os assuntos administrativos e comerciais da firma

### 3. Os trabalhadores das fábricas Mundet da região do Alentejo

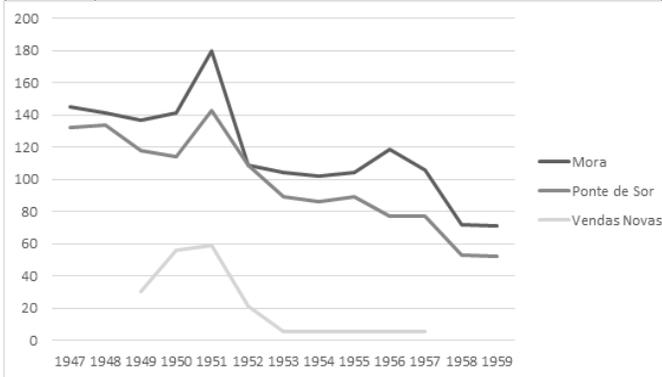
Do Ficheiro de Pessoal da Mundet & C<sup>a</sup> Lda. foram identificados 176 boletins de inquérito de trabalhadores afetos às unidades fabris de Ponte de Sor (49 trabalhadores), Mora (69 trabalhadores) e Vendas Novas (58 trabalhadores), dos quais subsistem apenas dois boletins de inquérito do operariado feminino que esteve ligado à fábrica de Mora. Admitidas na década de 30, uma das operárias tinha a categoria profissional de espaldadora, enquanto a outra era uma trabalhadora indiferenciada. Uma destas operárias solicitou transferência para a unidade fabril da

Mundet no Seixal (concretizada em outubro de 1955) na sequência da dispensa do marido da fábrica morense para ingresso na empresa A. Silva & Silva, indústria de cerâmica e de madeiras, no Seixal. A segunda operária permanecerá na fábrica de Mora como empregada de limpeza, até à sua reforma em 1973.

No que à literacia diz respeito, cerca de 80% dos trabalhadores indicam que sabem ler e escrever (140 trabalhadores) e cerca de 45% (79) indicam ter instrução primária ou outra habilitação literária. Noventa e sete trabalhadores não possuem qualquer habilitação.

A partir de outras fontes do Fundo Documental Mundet conseguimos perceber a evolução do número de trabalhadores nestas unidades fabris:

**Gráfico 1. Evolução dos trabalhadores nas fábricas do Alentejo (entre 1947 e 1959)**



Fonte: *Elaboração própria a partir de listas existentes no Fundo Documental Mundet.*

Através da análise dos boletins de inquérito e no âmbito do encerramento da unidade fabril de Vendas Novas, concluímos que foram transferidos para a fábrica do Seixal, entre 1952 e 1953, três trabalhadores cujo percurso profissional esteve ligado à atividade nos vários de-

pósitos de cortiça que a Mundet deteve quer na Região do Alentejo, quer na zona do estuário do rio Tejo. Desta fábrica foi ainda transferido em 1963, para o estabelecimento fabril do Seixal, um comprador de cortiça.

Em relação à fábrica de Mora, no final da década de 50, verifica-se uma redução de pessoal nesta unidade fabril que irá afetar sobretudo o operariado feminino que praticamente desaparece dos quadros de pessoal, após o despedimento de 30 operárias corticeiras. Em 1959, fontes do Fundo Documental Mundet indicam uma redução de 39 trabalhadores para esta unidade fabril e na fábrica de Ponte de Sor uma redução de 26 operários.

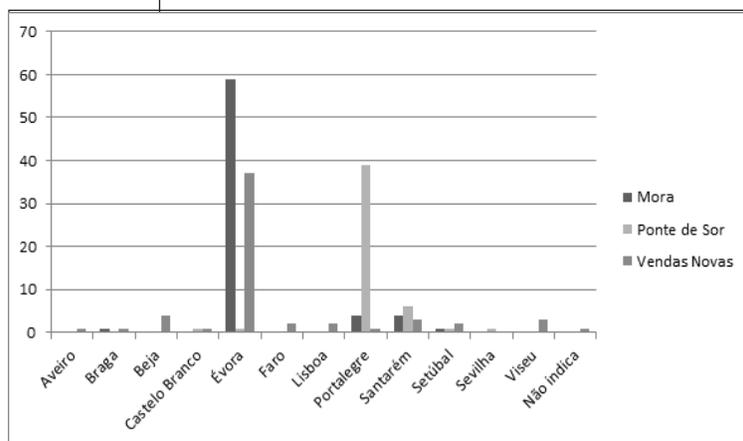
No caso da fábrica de Mora, este parece ter sido um momento de charneira, abandonando-se a vertente de indústria de transformação simples (há ainda a apurar se terá sido meramente rolheira), assegurada maioritariamente por mão-de-obra feminina, passando o enfoque para o incremento da atividade industrial de preparação.

A fábrica morense, ao encerrar a sua laboração em 1962, mantém onze guardas, sinal de que ali se continuaria, certamente, a guardar cortiça proveniente do mato à semelhança do que havia acontecido na fábrica de Vendas Novas em que os trabalhadores que permanecem nesta unidade fabril depois de 1952 (data do seu encerramento, tendo então passado a depósito até 1957, ano em que cessa atividade) serão, eventualmente, guardas e compradores de cortiça no mato.

As mesmas fontes referem que, na fase de encerramento das fábricas do Alto Alentejo,

transitaram para o estabelecimento industrial do Seixal, entre 1962 e 1963, 17 operários provenientes da unidade fabril de Mora e 16 trabalhadores da fábrica ponte sorense. No que respeita a esta última, pela mesma altura, um dos seus operários veio a ingressar na unidade fabril de indústria corticeira aglomerada que a Mundet deteve no município do Montijo (em atividade entre 1922 e 1988).

**Gráfico 2. Naturalidade dos trabalhadores nas fábricas do Alentejo**



*Fonte: Elaboração própria a partir dos bo-letins de inquérito analisados.*

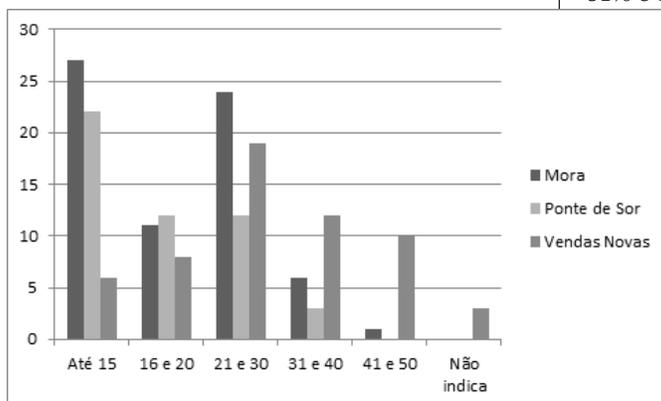
A partir do gráfico apresentado podemos perceber a forte presença de trabalhadores naturais do mesmo distrito onde foram implementadas as unidades fabris. Esta forte presença remete para o próprio concelho de implantação da fábrica: em Mora dos 69 trabalhadores, 57 são naturais de Mora, ou seja 83% do total. Em Ponte de Sor dos 49 trabalhadores 35 (ou seja, 71%) são naturais de Ponte de Sor.

Em Vendas Novas, na altura uma freguesia de Montemor-o-Novo (distrito de Évora), dos 58 trabalhadores, 34 pertencem a este concelho,

ou seja 59%. Regista-se ainda, contrariamente ao que ocorre nas outras unidades industriais em estudo, a grande disparidade de concelhos de proveniência dos seus restantes trabalhadores.

De assinalar que em semelhante período e a partir da análise das fichas dos trabalhadores das fábricas instaladas no concelho do Seixal (Seixal e Amora), verifica-se um número pouco significativo de mão-de-obra migrante para estas unidades fabris, provenientes dos distritos de Évora (20 operários) e principalmente de Portalegre (apenas 8 operários).

**Gráfico 3. Idade à data de admissão dos trabalhadores nas fábricas do Alentejo**



Fonte: *Elaboração própria a partir dos boletins de inquérito analisados.*

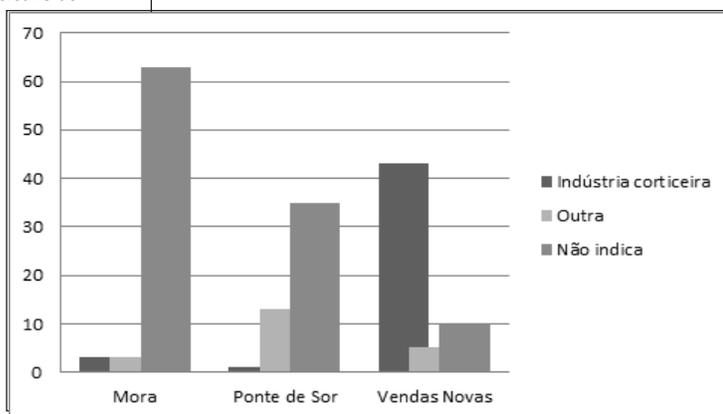
Um grande número de operários das fábricas de Mora e Ponte Sor apresenta uma idade inferior ou igual a 15 anos à data da sua admissão na empresa. Nesta situação encontramos 39% dos trabalhadores de Mora e 45% dos operários de Ponte de Sor, enquanto na fábrica de Vendas Novas apenas 10% dos seus trabalhadores pertenciam a esta faixa etária. Nesta última unidade fabril,

a maioria dos seus operários apresentam idades entre os 21 e 30 anos (33%) e entre os 31 e os 40 anos (21%). Os menores eram admitidos na fábrica como ajudantes, aprendizes ou faxinas (operários indiferenciados), realizando pequenas tarefas inerentes aos processos de transporte, preparação e transformação de cortiça.

Esta diferença é comprovada pela análise da experiência anterior identificada nos boletins de inquérito, dado que 74% dos trabalhadores afetos à fábrica de Vendas Novas indicam experiência anterior na indústria corticeira, enquanto nas unidades fabris de Mora e Ponte Sor, tratando-se de operariado mais jovem, respetivamente 91% e 71% dos seus trabalhadores não indicam qualquer experiência anterior.

Esta situação parece repercutir-se noutros campos nos boletins de inquérito, nomeadamente no que respeita a relações de parentesco evidenciadas à data de admissão dos trabalhadores nas fábricas de Mora e Ponte de Sor, onde os filhos ingressavam cedo na mesma unidade fabril onde os pais, os irmãos ou outros familiares já se encontravam

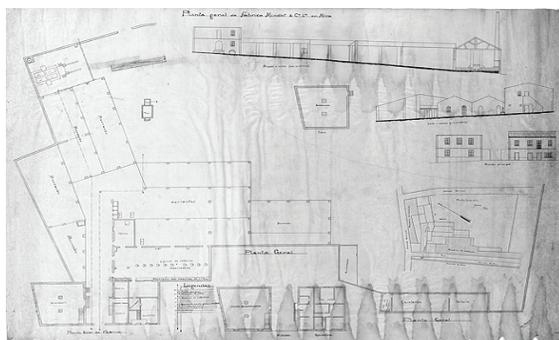
**Gráfico 4. Experiência profissional anterior**



Fonte: *Elaboração própria a partir dos boletins de inquérito analisados.*

a trabalhar. Em Mora, apenas seis trabalhadores não indicam qualquer membro da família a trabalhar na fábrica e, na unidade industrial de Ponte de Sor, o mesmo acontece a sete dos seus operários. Pelo contrário, na fábrica vendas novence não foram identificadas quaisquer relações familiares.

**Figura 4. Planta da fábrica de cortiça da Mundet & C<sup>a</sup> Lda., em Mora, 1935.**



Fonte: © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

É na indústria de preparação que se concentra a maior parte do trabalho manual masculino. Enfardada no mato, a cortiça é encaminhada para exportação ou para as fábricas onde é preparada e depois transformada. As pranchas de cortiça são raspadas, sujeitas a cozedura, traçadas, recortadas e escolhidas. Depois da escolha, as pranchas seguem para as oficinas de transformação ou são enfardadas e transportadas para os diversos portos de exportação.

À exceção da fábrica morense que mantinha setores de transformação de cortiça com operariado feminino, as unidades fabris da Mundet na Região do Alentejo empregavam essencialmente operários do sexo masculino na indústria de preparação de cortiça. Sabemos através dos diferentes despachos publicados neste período que as categorias profissionais existentes na indústria de preparação estavam vedadas às

mulheres e também a operários menores do sexo masculino. A proibição de execução destes trabalhos por parte das mulheres advém por um lado, do esforço que o trabalho acarretava e, por outro, do elevado grau de especialização do trabalho manual executado na indústria preparadora.

Os operários corticeiros atingem cerca de 91% dos boletins de inquérito analisados (161 trabalhadores), entre os quais se salientam as categorias profissionais dos caldeireiros, dos recortadores, dos escolhedores de prancha, dos raspadores e dos enfardadores. Os restantes são trabalhadores com categorias profissionais relacionadas com serviços de apoio e de complementaridade à atividade corticeira, com destaque para o elevado número de operários indiferenciados.

No que se refere à política laboral deste período, a partir da publicação do Despacho de 2 de agosto de 1941, que determina as condições de prestação e regulamentação do trabalho da indústria corticeira nacional, foi criada uma tabela salarial tríplice. Esta estabeleceu os salários mínimos para os operários da indústria corticeira, através da diferenciação de três regiões corticeiras no país (salários mais baixos no norte, salários mais altos no centro e salários intermédios no sul).

Esta diferenciação salarial, fundamentada em questões de ordem económica (no custo de vida e na proximidade aos centros produtores de matéria-prima), acabou por ter reflexos no domínio social ao discriminar a mão-de-obra corticeira, na medida em que encontrando-se os trabalhadores das fábricas alentejanas da Mundet enquadrados na região sul – a qual integrava todos os distritos das regiões de Alentejo e Algarve –, auferiam de salários mais baixos dos recebidos pelos trabalhadores que, com idêntica categoria profissional, experiência e conhecimento técnico e desempenhando o mesmo tipo de ta-

**Quadro 1** Categorias profissionais representadas nos boletins de inquérito

Ocupações / categorias profissionais	Mora	Ponte de Sor	Vendas Novas	Totais
Afinador de máquinas	2	0	0	2
Ajudante de motorista	2	0	0	2
Apontador	1	0	0	1
Aprendiz de enfardador	0	1	0	1
Aprendiz de escolhedor	0	3	0	3
Aprendiz de recortador	0	4	0	4
Caldeireiro	8	11	6	25
Calibrador	4	2	1	7
Capataz	0	1	0	1
Carreiro	4	2	0	6
Carroceiro	0	1	0	1
Empregado de escritório / Escriturário	6	3	0	9
Encarregado / Sub-encarregado	3	3	1	7
Enfardador	3	9	7	19
Escolhedor (a) de rolha	1	0	0	1
Escolhedor de prancha	12	7	5	24
Espaldador (a)	2	1	0	3
Faxina	8	3	4	15
Fogueiro	2	3	0	5
Guarda / Porteiro	8	13	11	32
Indiferenciado / Não diferenciado / Não especificado	31	13	18	62
Limpeza	1	0	0	1
Motorista / Mecânico de automóveis	1	3	1	5
Passador	0	1	0	1
Pesador	1	2	0	3
Preenseiro	0	0	4	4
Quadrador	11	4	0	15
Raspador	3	9	7	19
Recortador	11	9	13	33
Sem identificação de categoria	0	0	3	3
Serralheiro	2	1	0	3
Serviço de mato	0	2	1	3
Traçador	5	3	4	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados recolhidos nos boletins de inquérito do Ficheiro de Pessoal da Mundet & Cª Lda. O quadro reflete a evolução e as diferentes categorias exercidas pelos trabalhadores, patentes no Boletim de Inquérito de cada trabalhador, ao longo do seu tempo de serviço na fábrica.

refas, se encontravam empregados em unidades industriais da mesma empresa nas fábricas da Mundet em Amora, Seixal e Montijo (estabelecimentos que integravam secções de preparação e de enfardamento de prancha, aparas e refugos), situadas na margem sul do Tejo e inscritas na região centro. Os seus trabalhadores auferiam, pela referida tabela, os salários mais altos da profissão.

Seguem-se outros diplomas legais ao longo da década de 40, que dão continuidade à mesma situação, entre ao quais destacamos o diploma de 2 de dezembro de 1944 (resultante de inquérito aplicado à indústria corticeira por comissão técnica nomeada por Despacho em 12 de outubro de 1944), o qual estabelecendo as novas condições de prestação e remuneração de trabalho, agrupa as diferentes categorias profissionais existentes em indústria corticeira de preparação e na indústria corticeira de transformação, diferenciando os operários corticeiros por género, a partir da natureza do exercício profissional: estritamente manual (trabalho manual), com recurso a equipamentos industriais (trabalho mecânico) e em funções de apoio ao processo técnico e industrial (trabalho auxiliar). Em todos os grupos foram incluídos os aprendizes das diferentes categorias.

Na Mundet, as listas de pessoal corticeiro, da década de 50 do século XX, incluem, no grupo de pessoal auxiliar masculino, as cate-

gorias de vigilante de motores, de fogueiro, de porteiro e de guarda.

Existem ainda diversos Contratos Coletivos de Trabalho que, ao longo do século XX, vão estabelecendo as categorias e as funções do pessoal corticeiro, organizadas por género. Muitas são as categorias que surgiram a partir da especialização e aperfeiçoamento de determinadas funções, outras têm a tendência de desaparecer (por exemplo, o caso dos raspadores) ou de serem aglutinadas numa só categoria.

### 3.1. A experiência profissional anterior à sua admissão na Mundet

No final da década 40, do século XX, fazem-se sentir várias dificuldades da conjuntura. A dificuldade de acesso às disponibilidades de matéria-prima existente no mercado devido ao seu alto preço, levou a embaraços crescentes na aquisição de matérias-primas e à paralisação das fábricas de pequena capacidade, sobretudo preparadoras e rolheiras, dado que dificilmente se poderia manter a sua laboração em condições economicamente adversas. Esta situação vai ter como consequência a indústria passar a trabalhar em períodos de laboração reduzida (sendo o mínimo obrigatório, três dias por semana) ou mesmo nula, dificultando a sustentação de pesados encargos tributários e sociais pelas empresas e encontrando-se na origem da diminuição de rendimentos por parte dos operários.

De acordo com dados oficiais referentes à indústria corticeira em 1948, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, os estabelecimentos fabris encontravam-se concentrados, sobretudo, nos distritos de Aveiro, Setúbal, Évora – entre os concelhos de maior densidade industrial corticeira, destacava-se Montemor-o-Novo com um total de dezoito unidades industriais, onze das quais a laborar e sete inativas – e Faro (As-

sociação Industrial Portuguesa, 1949, 107). Em 1951, o jornal *A Voz de Vendas Novas* referia que o número de fábricas de cortiça em atividade naquela localidade descera para dez, entre as quais se destacavam as unidades fabris das empresas C.G. Wicander, Lda. (sociedade sediada na antiga vila do Seixal, relacionada com a A.B. Wicanders Korkfabriker de Estocolmo - Suécia) e Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda.

No Ficheiro de Pessoal da Mundet & C.<sup>a</sup>, Lda., várias são as fichas que refletem esta realidade, através da menção da experiência profissional do trabalhador anterior à data da sua admissão na Mundet, sendo que a maioria das referências respeita a empresas corticeiras estabelecidas em Vendas Novas. Todavia, em períodos de falta de atividade corticeira, os trabalhadores tinham oportunidade de realizar trabalhos agrícolas nas herdades da região, designadamente realizando trabalhos sazonais, como sejam as colheitas e a extração da cortiça, complementando desta forma os seus rendimentos.

### 3.2. Associativismo de classe

A organização de classe profissional encontrava-se já implantada no terreno muito antes da instalação das unidades fabris da Mundet em Mora, Vendas Novas (no distrito de Évora) e Ponte de Sor (no distrito de Portalegre).

Ancorada nos termos do Decreto-Lei n.º 23050, de 23 de setembro de 1933, a profissão passou a ser organizada corporativamente em sindicatos<sup>15</sup>. Na década seguinte, é fundado o Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Évora, abrangendo os trabalhadores corticeiros dos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

<sup>15</sup> Constituídos nos termos do referido decreto-lei e organizando corporativamente todos os operários corticeiros do país, surgem os sindicatos dos distritos de Aveiro, Évora, Faro, Lisboa e Setúbal.

De acordo com os Estatutos do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Évora (1952), a direção desta associação seria composta de cinco membros, sendo que na freguesia de Vendas Novas, concelho de Montemor-o-Novo, excepcionalmente o sindicato tinha três delegados que representavam os operários daquele importante centro corticeiro junto da sede do Sindicato Nacional (Cap. IV, art.º 22º), o que denota bem, à época, o envolvimento e a capacidade de organização de classe profissional corticeira em Vendas Novas.

Considerando o conjunto de fichas de trabalhadores das fábricas da Mundet da Região do Alentejo que constituiu a principal fonte de informação para o presente trabalho, num uni-verso de 176 operários corticeiros (encarregados ou mestres, raspadores, caldeiros, traçadores, recortadores, escolhedores de prancha, escolhedores de bocados, calibradores, espaldadores, quadradores, preenseiros, enfardadores, afinadores, amoladores e faxinas), cerca de 73% encontravam-se inscritos no Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Évora.

### **3.3. Mão-de-obra e assistência social**

Em 1948, tendo em consideração o número de operárias empregues na indústria de transformação simples existente na fábrica de Mora (que à data já contava com refeitório para o seu pessoal), por indicação da 4ª Circunscrição Industrial – que compreendia, entre outras divisões administrativas, os distritos de Portalegre e Évora – foi criado um posto para amamentação destinado às mulheres mães que trabalhavam naquela unidade industrial.

Atendendo à existência, desde finais do século XIX, de legislação específica em Portugal de proteção legal a menores e mulheres empregados na indústria que, para além de outros

aspectos, determinavam a criação de estruturas de apoio aos operários e aos seus filhos (entre as quais a obrigação da instalação de refeitórios e creches), a mera presença de um posto de amamentação na fábrica é, em si, indicativo de uma concentração significativa de operariado feminino corticeiro neste estabelecimento industrial. Este posto de amamentação para os filhos do pessoal da fábrica, estabelecido em espaço próprio na Rua do Barco, localizado fora do perímetro fabril e instalado em edifício confinante com a cozinha e o refeitório do pessoal foi, mais tarde – após a reorganização desta unidade industrial que levará ao despedimento, em 1958, de 30 operárias corticeiras –, encerrado.

No caso da unidade fabril ponte sorense, onde o operariado masculino imperava, a empresa viu-se compelida a instalar, em 1947, balneários e refeitórios para os seus trabalhadores e op-tou pela simples atribuição de fundos ao lactário municipal de Ponte de Sor, entidade que dava a necessária assistência a sete crianças, filhas de operários da Mundet.

A empresa dispunha da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda. que, criada em 1942, exerceu a sua ação (assistência médica, subsídio na doença, a reforma ordinária aos 65 anos e extraordinária por invalidez, e atribuição de subsídio por morte) sobre os empregados e operários assalariados com carácter permanente ao serviço da empresa (Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet, 1942, 5). Os benefícios de que gozavam os operários e empregados da Mundet – abrangendo os trabalhadores das fábricas corticeiras de Seixal, Amora (Seixal), Nascentes (Montijo), Mora e Ponte de Sor, e ainda das sucursais de Lisboa e Porto –, atingiu um total de 4.246 beneficiários no primeiro ano de funcionamento.

No início da década de 50 foram erigidos

o edifício sede e as instalações para a prática desportiva e recreativa do Grupo Desportivo Mundet (tornando-se no centro N.º 273 da FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho) e o edifício do centro de saúde e da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., no concelho do Seixal. Os trabalhadores de todas as fábricas da Mundet beneficiaram assim de assistência e serviço de saúde montado na sede da empresa, funcionando ainda em cada unidade fabril um gabinete de tratamento urgente.

Contudo, atendendo à diminuição das vendas da sociedade em consequência do decréscimo de produção fabril, cujo custo foi agravado pela incidência dos encargos fixos que não baixaram proporcionalmente, a gerência viu-se na contingência de, em 1952, reduzir as verbas despendidas com as creches, as casas de infância (estas últimas instalações acabaram por ser encerradas definitivamente) e a sopa dos pobres, prescindindo dos subsídios destinados à FNAT e ao Grupo Desportivo Mundet, bem como as contribuições para a Caixa de Previdência que não tinham carácter obrigatório, para além de outros donativos habitualmente distribuídos pela empresa aos seus trabalhadores e respetivas famílias na Quadra Natalícia (constituídos, sobretudo, pela distribuição de roupas e calçado aos filhos dos trabalhadores)

O apoio dado pela empresa à atividade desportiva remontará pelo menos à década de 30, do século XX, com a criação da Taça Mundet & C.ª, Lda. de futebol, em 1933, destinando-se o troféu a ser disputado entre os clubes dos municípios onde a empresa tinha estabelecido, à época, as suas fábricas (Seixal, Amora, Montijo, Mora e Ponte de Sor).

As instalações relacionadas com a ação social da empresa em Mora – refeitório do pessoal, posto de amamentação e alguns edifícios

para alojamento de pessoal técnico – foram vendidos em 1968. No ano seguinte, atendendo à realização de obras na Igreja Matriz, dedicada ao orago de a N.ª Sra. da Graça, as missas dominicais foram celebradas em instalações da fábrica da Mundet (Correia, 1991, p. 54), o que denota a integração desta unidade fabril na vida da comunidade local.

## Considerações finais

Em termos cronológicos, o conjunto de boletins de inquérito dos trabalhadores da Mundet que constituiu a principal fonte de informação para o presente trabalho, terá resultado da reestruturação da empresa no período pós processo judicial (no final da década de 1940 e início do decénio seguinte) e da crise evidenciada na indústria corticeira, que terá obrigado à diminuição dos custos de produção através do recurso à redução do número de trabalhadores corticeiros.

A partir da análise dos boletins de inquérito remanescentes no Fundo Documental Mundet, durante o período estudado os trabalhadores empregues nas unidades fabris instaladas na Região do Alentejo eram maioritariamente operários corticeiros com categorias profissionais relacionadas com a preparação industrial da matéria-prima. Porém, o estudo desta documentação permitiu-nos distinguir estratégias empresariais diferenciadas na gestão dos seus recursos humanos.

Assim, nos estabelecimentos fabris de Ponte de Sor e de Mora podemos concluir que, a par da preocupação na manutenção do rendimento produtivo nestas unidades industriais, terá existido um investimento maior num operariado mais jovem, constituído por trabalhadores menores (e mulheres, no caso morense) que, auferindo de salários mais baixos e apesar de assegurar certas tarefas que poderiam ser consideradas marginais, participava ativamente no processo

produtivo da fábrica, ao mesmo tempo que iam progredindo na sua formação profissional. Esta entrada precoce na fábrica assegurava um percurso profissional que, apoiado pelos familiares que laboravam no mesmo estabelecimento industrial, visava a formação e a aquisição de um saber-fazer especializado, devidamente enquadrados nos requisitos técnicos da empresa, a qual procura assim assegurar e ter à sua disposição, no futuro, um operariado altamente qualificado

No caso da unidade fabril de Vendas Novas, cuja laboração parece ter assumido à partida um carácter provisório, a estratégia seguida na exploração industrial da cortiça fundamentou-se na admissão de operários corticeiros especializados e com experiência profissional comprovada, procurando-se deste modo satisfazer as necessidades imediatas da empresa. Esta fábrica veio a encerrar em 1953, após apenas cerca de três anos de laboração.

Em 1962, o falecimento de Joseph Mundet Jr. (sócio maioritário nas sociedades Mundet, portuguesa e americana), seguido da venda da Mundet Cork Corporation (adquirida pela Crown Cork & Seal Company, Inc., Baltimore – Estados Unidos da América), veio precipitar a desarticulação da organização internacional do negócio Mundet, dando início a uma nova etapa histórica da empresa, que se distancia do período de hegemonia do negócio internacional Mundet.

A desativação do sistema de unidades preparadoras e transformadoras, com a decisão de encerramento das fábricas de Mora, de Ponte de Sor e de Amora (Seixal), que se fez anunciar a partir de meados da década de 50 do séc. XX, tornou-se irreversível após a venda da Mundet Cork Corporation, seu principal cliente e, durante décadas, o seu ponto de apoio na promoção internacional dos seus produtos (Afonso, 2016, 143).

A carecer ainda de um estudo mais aprofundado, a venda da Mundet Cork Corporation (com fábricas nos Estados Unidos da América e no Canadá) poderá encontrar-se associada à conjuntura de crise da indústria transformadora nos países não detentores de matéria-prima (entre outros, os Estados Unidos da América, a Alemanha, a Grã-Bretanha e, mais tardiamente, a França) na década de 1960, países que, até então, tinham exercido pressão sobre os preços da cortiça preparada e semipreparada (Dias, 2005, 194) e concorrido com Portugal no mercado externo dos produtos corticeiros transformados. A distância geográfica entre centro produtor e centro consumidor de matéria-prima ter-se-á tornado pouco vantajosa (Dias, 2005, 178), sobretudo se considerarmos a difusão dos sucedâneos (plásticos e outros materiais que traziam vantagens funcionais e de embaratecimento de custo do produto) que ao longo dos anos 50 e 60 do século XX frustraram em grande medida a diversificação dos produtos corticeiros que o aglomerado de cortiça trouxe para o sector, restringindo a indústria corticeira à produção rolheira destinada aos vinhos (Zapata, 2000, 12), passando-se a evidenciar a diminuição da procura internacional dos produtos corticeiros.

O fim da industrialização corticeira em países desenvolvidos não produtores de matéria-prima, que reduziram notavelmente as suas importações de cortiça (Parejo, 2009, 103-104) vai refleti -se no fenómeno de “iberização” da indústria da cortiça que pressupôs a concentração das atividades de transformação da cortiça na Península Ibérica (Zapata, 2000, 12-14).

Enquadradas entre as produções industriais simples – dada a tecnologia aplicada – em áreas rurais e de montado de sobro, podemos considerar que as unidades industriais que a Mundet estabeleceu na Região do Alentejo (Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas), ao terem

atingido uma certa expressão quanto ao número de mão-de-obra que empregaram (por comparação com outras empresas congéneres que, à época, laboravam na região) e ao participar na vida económica, social e comunitária dos municípios onde se estabeleceram, contribuíram para a consolidação da classe profissional corticeira a nível local e regional.

Em contrapartida, com os primeiros sintomas da crise da Mundet nos anos 50 e princípios da década seguinte, o encerramento das unidades fabris de Mora e Ponte de Sor e a transferência de algum do seu pessoal (e respetivas famílias) para a fábrica-sede da empresa, em Seixal, contribuindo para o fluxo migratório de mão-de-obra que, vindo do sul do país em busca de melhores condições de vida e de trabalho, foi atraído pela instalação da Siderurgia Nacional, em 1961, e pela construção da nova ponte de travessia para a capital (cuja construção teve início no ano seguinte), vindo a instalar-se no concelho do Seixal, entre municípios da margem sul do estuário do Tejo.

## Fontes

Arquivo da empresa Mundet & C.<sup>a</sup> Lda. (Arquivo de acesso condicionado, em fase de organização).

## Referências bibliográficas

AFONSO, Fátima. A Mundet e o acesso ao «filão da boa cortiça». O abastecimento da matéria-prima às fábricas Mundet (1905-1988), in José Francisco Rangel... [et al.] (coord.), *El alcornocal y el negocio corchero : una perspectiva histórica e interdisciplinar. O montado de sobro e o setor corticeiro : uma perspectiva histórica e transdisciplinar*. Badajoz, Diputación de Badajoz, pp. 119-150, 2016.

AFONSO, Fátima...[et al.]. A Mundet e os modelos de formação de “centros corticeiros” no século xx. Da Catalunha ao Seixal (Portugal): o período de instalação e de consolidação, in Graça Filipe; Fátima Afonso (coord.), *Quem diz cortiça diz Mundet*. Seixal: Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, pp.17-55, 2010.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA. Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa. Lisboa : A.I.P., 1947-1954. Relatórios e pareceres da Comissão Revisora de Contas da Associação Industrial Portuguesa. Gerência de 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO PESSOAL DA FIRMA MUNDET. Regulamento da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & Ca. [S.l. : s.n.], 1942.

CARRASCO, Carlos. Do mato à fábrica: as fontes da Mundet para a história da cortiça, in Graça Filipe (coord.), *Cortiça, património industrial e museologia [Documento electrónico]*, Seixal, Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, 2000.

CORREIA, Lopes. *Mora e o seu concelho*. 2<sup>a</sup> ed. Mora: Câmara Municipal, 1991.

DIAS, Amélia Branco. *O impacto das florestas no crescimento económico moderno durante o estado Novo (1930-1974)*. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2005 (dissertação de Doutoramento).

FERREIRA, Fernanda. *Trabalhadores da Mundet: fontes de estudo sobre o universo do trabalho e do saber corticeiros*, in Graça Filipe (coord.), *Cortiça, património industrial e museologia [Documento electrónico]*, Seixal, Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, 2000.

MACHADO, Fernando Falcão. *As profissões corticeiras*, *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, n.º 89, março de 1946, pp. 211-215, 1946.

PAREJO, Francisco. *El negocio de exportación corchera en España y Portugal durante el siglo XX: cambios e intervención pública*. Universidad de Extremadura, 2009 (dissertação de Doutoramento).

SANTOS, Carlos Oliveira. O livro da cortiça. [S.l.]: Edição de autor, 2000.

SINDICATO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS DO DISTRITO DE ÉVORA. Estatutos do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Évora. [S.l. : s.n.], 1942.

ZAPATA, Santiago. “Del suro a la cortiça. Una visión panorâmica del negocio del corcho en el siglo XX”, in Graça Filipe (coord.), Cortiça, património industrial e museologia [Documento electrónico], Seixal, Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, 2000.